

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003882-28.2017.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: **LUZIA APARECIDA DA SILVA DE BRITO**  
Requerido: **CNOVA Comércio Eletrônico S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido produto (fogão) junto à ré, realizando o correspondente pagamento sem que ele lhe tivesse sido entregue.

Almeja à condenação da ré ao ressarcimento desse montante.

No decorrer do feito foi deferido o pedido da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

autora para que se fizesse desde já a penhora *on line* em face da ré até o limite do valor pago pelo produto, o que foi deferido e restou frutífero conforme os documentos de fls. 15/17.

A preliminar de ilegitimidade ad causam suscitada em contestação pela ré não merece acolhimento.

Isso porque tal legitimidade encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito, pois a prejudicial.

No mérito o documento de fl. 12 atesta a compra aludida a fl. 01, não refutada de resto na contestação apresentada.

Assentada essa premissa, incumbia à ré comprovar a entrega da mercadoria, mas ela não o fez e tampouco apresentou justificativa que a eximisse de responsabilidade perante a autora.

A alegação da ré que diligenciou o estorno do valor pago pela autora veio desacompanhado de qualquer indício que lhe conferisse verossimilhança.

Deverá em consequência ressarcir-la pelos gastos que suportou até como forma de evitar seu inconcebível enriquecimento sem causa com o recebimento de importância sem que cumprisse a contrapartida inerente à transação celebrada.

As alegações das partes quanto aos danos morais deixam de ser analisadas porque não foram objetos do pedido inicial

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão da compra e venda tratada nos autos e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 553,80, acrescida de correção monetária, a partir da propositura da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno definitiva a tutela de urgência de fls. 13. Aguarde-se o trânsito em julgado e após expeça-se o mandado de levantamento em favor da autora. Oportunamente, providencie-se a baixa e o arquivamento definitivo dos autos digitais.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 02 de agosto de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**